



Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social
Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana

QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA, AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL O CRESCIMENTO URBANO E O PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM

AGATHA CAROLINY FLEXA DOS SANTOS¹
JOELMA RODRIGUES GUERREIRO²
JOYCIELE VITAL FARIAS DA SILVA³
GILMARA ARAÚJO TELES⁴

RESUMO: Este artigo apresenta um breve resgate histórico da cidade de Manaus, objetivando compreender como ocorreu o crescimento demográfico e a intensificação das expressões da questão social durante esse processo, as quais acarretaram impactos sociais e ambientais devido as ocupações irregulares nas margens dos igarapés. Será discorrido sobre o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM e as ações de intervenção adotadas. Realizou-se uma análise sobre a implantação do programa, a ausência de políticas eficazes, os desafios na efetivação destas voltadas para a educação e a conscientização ambiental, denotando a necessidade de ações mais efetivas para com a comunidade.

Palavras-chave: Crescimento Demográfico. PROSAMIM. Educação Ambiental.

ABSTRACT: This article presents a brief historical rescue of the city of Manaus, aiming at understanding how the demographic growth occurred and the intensification of expressions of the social question during this process, which had social and environmental impacts due to the irregular occupations in the banks of the igarapés. It will be discussed on the Social and Environmental Program of the Manaus Igarapés - PROSAMIM and the intervention actions adopted. An analysis was made of the implementation of the program, the absence of effective policies, the challenges in their implementation for education and environmental awareness, denoting the need for more effective actions towards the community

Keywords: Demographic growth. PROSAMIM. Environmental education.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento urbano de Manaus é ocasionado pela ampliação demográfica, que a cidade vem enfrentando ao longo do tempo. Segundo Bentes (2005), seu

¹ Profissional de Serviço Social, Centro Universitário do Norte. E-mail: <joelma.guerreiro26@gmail.com>.

² Profissional de Serviço Social, Centro Universitário do Norte.

³ Profissional de Serviço Social, Centro Universitário do Norte.

⁴ Professor com formação em Serviço Social, Centro Universitário do Norte.

desenvolvimento assemelha-se à história da Amazônia, pelas intervenções modernizadoras executadas por diferentes agentes, pertencentes tanto ao poder estatal quanto ao capital nacional e internacional, que ao longo do tempo contribuíram para o processo de acumulação e expansão capitalista, contribuições estas que ocasionaram pobreza e desigualdade social, possibilitando mudanças que estabeleceram modernização e ao mesmo tempo exclusão social, evidenciando de forma significativa as expressões da *questão social*, conceituada por Yamamoto (1998, p.27), como

“o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”

Em contrapartida, é irrefutável que a distribuição da riqueza resultante dessa produção não é realizada de maneira proporcional entre as classes, levando-as à procura de meios que possibilite uma relativa forma de subsistência, sem, no entanto, propiciar-lhes uma efetiva melhora na qualidade de vida e acesso aos bens de consumo.

Diante do exposto, o presente artigo apresenta um estudo sobre os problemas socioambientais provenientes da ocupação desordenada do município e da efetividade (ou não) do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, objetivando compreender o trabalho realizado pelo programa que tem como princípio amenizar os impactos causados pela urbanização excessiva nas margens dos igarapés de Manaus, assim como verificar se o mesmo supre as necessidades da população atendida, enfatizando também os desafios da educação ambiental como forma de conscientização da população e efetivação de políticas públicas.

2. UM BREVE RESGATE SÓCIO HISTÓRICO DA CIDADE DE MANAUS

Seria irrelevante falar da história de Manaus sem antes abordar a descoberta do Amazonas, logo, faz-se necessário resgatar fatos históricos que apresentamos primeiros habitantes da região. A presença de indígenas na Amazônia segundo Garcia (2006), ocorreu por mais de 10 mil anos, e em meados do século XVI aconteceu a “descoberta” da Amazônia pelos europeus. No ano de 1669, intencionando proteger a região foi construído a Fortaleza da Barra de São José do Rio Negro que passou por

transformações significativas, sendo posteriormente chamada de Vila de Manaós. A colonização trouxe o processo da miscigenação da população que deixou de ser tipicamente indígena, tornando-se uma população mestiça. Em 1850, o Amazonas foi elevado à categoria de província e somente em 1856 a Vila de Manaós passou a denominar-se cidade de Manaus.

No processo de desenvolvimento econômico e social um marco importante na história acontece entre o final do século XIX e início do século XX, onde ocorreu o ciclo da borracha que trouxe mudanças consideráveis à cidade tendo em vista o processo de migração de mão-de-obra, conforme Souza (2005). No entanto, a partir desse ciclo tem-se uma herança de desigualdades sociais oriundas desse período, que somam-se às novas configurações socialmente produzidas na contemporaneidade (SCHERER, 2009).

Com a urbanização de Manaus em 1957 foi criada a Zona Franca de Manaus, sendo este, outro marco importante de expansão, caracterizado pela industrialização e relações com países vizinhos (MACIEL e FILIPPINI, 2010). Assim, a vida na cidade de Manaus com a modernização mudou radicalmente, pois se configura no deslocamento da população não apenas do interior, mas também de outras regiões que buscavam uma nova realidade de vida. e rapidamente a cidade vivencia novos impactos sociais e ambientais com o desmatamento de áreas verdes para a habitação dos recém-chegados.

Nesse contexto, Batista (2007) assevera que os danos ecológicos emergem concomitantemente ao crescimento urbano sendo o “desmatamento puro e simples, sem a plantação de nenhuma árvore ou menos de gramíneas que recubram o solo, para a construção de novas residências”. Nessa ótica, Bentes (2005), destaca as demandas apresentadas como expressões da questão social que configuram-se como “habitação, emprego, educação, saúde e demais serviços urbanos, pois as riquezas produzidas na cidade não são distribuídas de forma a beneficiar a população de um modo geral, além da ausência de planejamento das ações dos governos, tanto local quanto nacional”.

Considerando que a cidade não estava preparada para receber tal demanda, a ausência de respostas por parte do poder público é notória, visualiza-se desse modo, uma crescente precarização do trabalho, acarretando assim, novas configurações da pobreza e simultaneamente as modificações do meio natural, bem como novas formas de exploração deste, a fim de suprir as novas necessidades da população recém-chegada para habitar as margens dos igarapés. Nota-se, um descaso, bem como, e, principalmente um Estado ausente às suas obrigações, enquanto mantenedor do bem

estar social, que, deveria ser coletivo e não relegado apenas a uma pequena parcela da população.

2.1. Crescimento populacional da cidade de Manaus

O crescimento populacional da cidade de Manaus está relacionado ao ciclo da borracha e posteriormente à criação da Zona Franca de Manaus no final da década de 60, tornando-se centro atrativo de fácil acesso de empregabilidade e empreendedorismo. Conforme Scherer (2009), no ano de 2004 mais de 40 mil famílias ainda viviam sem qualquer vínculo institucional, no que concerne à proteção social e ao acesso às políticas públicas e bens de consumo coletivo. Em 2016, o crescimento populacional da cidade foi o maior da região Norte. De acordo com fontes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016) a capital possui 1.802.014 de pessoas residentes em área territorial de 11.401,092 km², sendo considerada na atualidade a 7^a cidade mais populosa do Brasil.

Nesse contexto, Reigota (2012) conceitua como meio ambiente

“o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relação dinâmica e em interação. Essas relações implicam processo de criação cultural e tecnológica, processos históricos e sociais de transformações do meio natural e construído”.

Nesse contexto, observa-se que à medida que os espaços e o meio natural e social são transformados, o homem também é transformado por ele. A exemplo de transformações do meio natural tem-se a destruição de nascentes, ameaças de extinção de espécies animais nativas, problemas de erosão, alagamentos e aumento de temperatura ocasionada pelo desaparecimento de espécies vegetais.

2.2. Impactos socioambientais

A capital do Amazonas é um exemplo de zona urbana desenvolvida no meio da floresta e tem pago um preço ambiental muito alto por conta da expansão

urbana. Nesse sentido Nogueira; Sanson; Pessoa (2007), argumentam através de estudos realizados, que a trajetória de evolução da urbanização em Manaus nos últimos anos tem sido um enorme desafio no processo de crescimento x preservação ambiental, seu avanço desordenado, principalmente nas direções das zonas Leste e Norte, provocaram perdas exorbitantes ao meio ambiente.

Para Reigota (2012) o meio ambiente é “o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relação dinâmica e em interação. Essas relações implicam processo de criação cultural e tecnológica, processos históricos e sociais de transformações do meio natural e construído”, à medida que os espaços e o meio natural e social são transformados, o homem também é transformado por ele.

Com as ocupações irregulares às margens dos igarapés e as transformações no meio ambiente, emerge a necessidade de um programa que vise trabalhar os impactos socioambientais decorrentes desse processo de urbanização, nesse viés, surge o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus.

3. HISTORICIZANDO A CRIAÇÃO DO PROGRAMA SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS - PROSAMIM

O Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM, foi criado a partir da necessidade de resolver problemas como a falta de saneamento, urbanização e habitação de uma parcela da população que encontra-se à margem da sociedade. Concebido em 2003 e possuindo como Unidade Gestora a Unidade de Gerenciamento do PROSAMIM – UGPI, instituída por meio do Decreto nº 23.949/2003 – em 09 de março de 2015 a Lei nº 4.163 extinguiu a UGPI e criou a Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE – com autonomia administrativa, financeira e de ações operacionais e possui a função de ser o interlocutor com o Banco Financiador para os assuntos relacionados ao Programa.

Objetivando contribuir para a solução dos problemas ambientais, sociais e urbanísticos que afetam a população da cidade de Manaus, o programa prioriza as famílias que estão situadas nas áreas dos igarapés, visando à revitalização ambiental e urbanística. Em observância ao que preconiza o Art. 23 da Constituição Federal que assegura como “VI- competência comum da União dos Estados do Distrito Federal e dos Estados e dos Municípios, a proteção ao meio ambiente, o combate à poluição em qualquer de suas formas”, a CF também enfatiza que “todos têm direito ao meio

ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, [...]” (Art. 225, da CF).

Embora, a legislação vigente vise assegurar um espaço equilibrado entre meio ambiente e população habitante, observa-se que esta não se efetiva, visto que as ocupações irregulares às margens dos igarapés continuam crescendo e com isso a destruição destes. As famílias caracterizam estado de total exclusão social (Netto, 2011). Residentes em palafitas de estrutura precária, construídas em áreas de alto risco, suscetíveis a inundações periódicas, são pessoas que em sua maioria são vítimas do desemprego estrutural ou do trabalho precarizado, com acesso mínimo aos serviços de saúde, educação e assistência social.

O PROSAMIM pauta sua estratégia de trabalho alicerçando-a em quatro pilares, sendo dois deles de caráter corretivo e os outros dois de caráter preventivo, sendo: obras de macro e micro drenagem para regular o impacto das chuvas intensas e as enchentes do Rio Negro; reassentamento da população que ocupa os igarapés em terrenos aptos para usos residenciais; construção de avenidas e parques nas áreas mais vulneráveis e nas invasões ilegais para prevenir sua ocupação e a ampliação da oferta de solo equipado para uso residencial barato com maior controle e vigilância de ocupação e uso da terra segundo disposições do Plano Diretor (SANTOS, 2008).

3.1. As ações realizadas pelo programa nas áreas de intervenção

Devido diversas obras serem de caráter repetitivo, o PROSAMIM foi concebido como um programa global de múltiplas obras, cujas ações visam melhorar as condições ambientais e de saúde através da reabilitação e/ou implantação de sistemas de drenagem, abastecimentos de água potável, coleta e disposição final de esgotos e lixos, educação sanitária e ambiental da população; melhorar as condições de moradia através de soluções habitacionais adequadas, implantação de áreas recreativas, e aumento da capacidade operacional e de gestão das entidades envolvidas no Programa, bem como a incorporação da participação comunitária no processo de tomada de decisões.

Nesse aspecto, o Tomo II do Plano de Trabalho Social e Sustentabilidade Ambiental afirma que: “Em todos os trechos abrangidos por este Projeto têm-se grupos organizados e representativos da comunidade, [...]” destacando a participação comunitária nas ações do Programa. No entanto, no que concerne à participação social

da comunidade – em um processo a longo prazo – nota-se a fragilidade de seus grupos representativos, e conseqüentemente a evasão destes, seja pela ausência de estímulos e capacitação constantes, ou pela descontinuação de um acompanhamento efetivo por parte do Programa.

3.2. O Plano de reassentamento do Programa

O plano de reassentamento do Programa contém alternativas de realocação das famílias, previstas no Regulamento Operacional (RO) que prevê tanto a construção de novas moradias às famílias do entorno em terreno recuperado nas margens dos igarapés, quanto o reassentamento monitorado que consiste em subsidiar a transferência às novas moradias existentes no mercado local e regional.

Nesse processo de desapropriação e realocação das famílias, evidencia-se à procrastinação no tratamento a uma questão tão urgente e relevante – processo de desapropriação – que negligencia o processo de construção da identidade e pertencimento social, desenvolvidos pela comunidade com o local e com os demais sujeitos. Nesse viés, Maturana e Rezepca (2003), destacam que identidade “não é uma propriedade fixa, mas um modo relacional de viver que se conserva no conviver”, relações essas tão necessárias à preservação da identidade social dos sujeitos, o que requer tanto um olhar quanto um trato diferenciado diante de suas especificidades.

3.3. O perfil da população atendida pelo programa

Apresenta-se uma população chefe de família majoritariamente adulta, correspondendo a metade como jovem ou adulto. 5,8 destes têm idade entre 16 a 20 anos e 8,23% possuem idade de 61 a 80 anos sendo enquadrado como idoso (Plano..., 2000?, p. 18). As famílias residem em palafitas de estrutura precária, construídas em áreas de alto risco, suscetíveis a inundações periódicas, são pessoas que em sua maioria são vítimas do desemprego estrutural ou do trabalho precarizado, com acesso mínimo aos serviços de saúde, educação e assistência social. Em suma, trata-se de uma parcela da sociedade à qual não é ofertada condições para o exercício de seus direitos e cidadania.

Evidenciando-se desse modo as mais diversas formas de expressão da questão social. Nesta ótica, observa-se clara negligência por parte do poder público,

no que se concerne à procrastinação no tratamento a uma questão tão urgente e relevante, bem como o processo de desapropriação, que negligencia/ignora, o processo de construção da identidade e pertencimento social, desenvolvidos pela comunidade com o local e com os demais sujeitos.

4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para Sorrentino et al. (2005 p. 288-289) a Educação Ambiental surge como um procedimento educacional que destina-se a um conhecer do meio ambiente, incorporado na ética e nas leis políticas da sociedade, implicando nos benefícios e prejuízos obtidos com a utilização da natureza.

Seria irrelevante falar de Educação Ambiental, sem citar o papel do Estado no seu dever de promover políticas que contribuam para a efetivação de um meio ambiente equilibrado, como aponta o art. 225 da Constituição Federal ao enfatizar que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, [...]”. Nessa perspectiva, é perceptível a grande importância do papel da sociedade no que tange às práticas ambientais, que visa à participação dos cidadãos tanto nas discussões quanto nas decisões sobre a questão ambiental, verifica-se a necessidade de uma educação que venha adentrar a cotidianidade dos sujeitos, partindo do princípio que consiste em considerar suas concepções acerca do que é o meio ambiente, bem como de suas representações sociais (REIGOTA, 2010).

4.1. A importância da participação comunitária na educação ambiental

O PROSAMIM busca a partir de suas estratégias de trabalho, desenvolver e implementar ações que venham possibilitar à comunidade a garantia da participação de seus membros nas atividades realizadas, objetivando através de práticas de educação ambiental, contribuir para a mudança de hábitos e valores que possam vir a impactar na melhoria da qualidade de vida da comunidade beneficiada, garantindo e favorecendo uma reflexão crítica e participativa nas ações que motivem tanto para o exercício da participação quanto na organização comunitária (SANTOS, 2008).

No entanto, mesmo com a implementação dessas ações, nota-se apenas uma rasa participação da comunidade nas atividades ofertadas, pois estas terminam por

assumir um perfil de ações com “fim em si mesmas”, devido a sua não continuidade e acompanhamento efetivos, haja vista a necessidade em fomentar e promover, através da educação ambiental, o crescimento de uma sensibilidade maior das pessoas face aos problemas ambientais, como uma forma de fortalecer sua corresponsabilidade na fiscalização e no controle da degradação ambiental (JACOBI, 2003).

Contrário a isso, tem-se uma postura de dependência e de atitudes de não responsabilidade da população que ocorre principalmente devido à desinformação e ausência de conhecimentos sobre a questão ambiental, bem como de um déficit de práticas comunitárias baseadas no envolvimento efetivo dos cidadãos, pois tais elementos se trabalhados de maneira efetiva, poderiam vir a propor uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão do meio ambiente, nas suas mais diversas dinâmicas (JACOBI, 2005).

4.2. Os desafios da educação ambiental

O grande desafio no que diz respeito à educação ambiental se dá no processo de produzir na população uma reflexão para além da consciência ambiental, sendo muitas vezes trabalhada a categoria educação ambiental, possibilitando-se fazer uma relação dessa teoria com a prática, porém a sociedade não vivencia em seu cotidiano o que aprendeu no decorrer desse processo tendo em vista que o indivíduo ainda possui a cultura do consumo e extração da natureza e não do cuidar (REIGOTA, 2010).

Logo, a educação ambiental não está atrelada apenas a questão de consciência ambiental, mas também às relações sociais em constantes transformações enquanto fator cultural. De acordo com Freisleben (2013), a educação a partir da perspectiva dialética apresenta o homem enquanto ser natural “capaz de redefinir culturalmente o modo de existir na natureza pela própria dinâmica societária na história da natureza”. Portanto, conclui-se que a educação ambiental deve ser contínua uma vez que as relações sociais são dinâmicas estando em constante transformação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do espaço demográfico da cidade de Manaus a partir do processo histórico possibilitou uma visão mais abrangente do crescimento populacional e econômico, bem como as consequências resultantes do desenvolvimento e crescimento desordenado da cidade. Observou-se que os interesses econômicos advindos da industrialização contribuíram para o processo de migração em massa. As famílias ludibriadas com a imagem de uma próspera economia proporcionada pela Zona Franca, deslocavam-se em busca de melhores condições de vida e de trabalho, resultando na ocupação desenfreada às margens dos igarapés, devido ao fácil acesso às áreas centrais da cidade, modificando a paisagem natural, os modos de vida dos sujeitos, gerando grandes impactos ambientais e evidenciando as mais diversas formas de expressão da questão social.

Ao contrário do esperado, verifica-se uma realidade avessa a essas expectativas, as pessoas que aqui chegavam deparavam-se com condições subumanas, decorrentes do desemprego, pobreza e miséria.

Na tentativa de sanar as problemáticas acarretadas pelo crescimento urbano desenfreado às margens dos igarapés, o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM foi criado como proposta emergencial do Governo do Estado visando a melhoria na qualidade de vida da população atendida.

Contudo, percebe-se uma deficiência em diversos aspectos do Programa, que não oferece a eficácia esperada em relação ao trato da questão social, que frequentemente vem sendo banalizada e tratada somente com medidas paliativas que não resolvem, mas, apenas mitigam a referida questão, não adentrando profundamente no cotidiano dos sujeitos, onde desenvolve-se atividades tanto de produção, como de reprodução cultural, familiar e social.

Ademais, a situação política em que se encontra o Brasil e o Estado do Amazonas só contribui para desproteção social e ambiental, assim como os desmontes das políticas públicas que elevam os riscos socioambientais. Embora, a legislação vigente vise assegurar um espaço equilibrado entre meio ambiente e população habitante, observa-se que esta não se efetiva, visto que as ocupações irregulares às margens dos igarapés ainda são existentes e com isso contribuem com a destruição destes.

Nesse contexto, verifica-se um processo superficial de conscientização e educação ambiental e social, no que tange à complexidade das relações humanas – sua identidade e sentimento de pertencimento social –, e ambientais – a relação dos sujeitos com o meio. Logo, é perceptível a necessidade de políticas e programas que priorizem a preservação da identidade social da população, a começar pelo acesso a

bens e serviços. Ressalta-se, em todo esse processo, a emergência de medidas que fomentem ações voltadas às práticas de educação ambiental, a fim de promover atitudes que sejam fruto da construção de consciência crítica e reflexiva que venham a impactar real e positivamente no espaço ocupado pelos sujeitos e no meio ambiente como um todo.

6. REFERÊNCIAS

ASPECTOS Sociais. Tomo II. Plano de Trabalho e Sustentabilidade Ambiental.[S.l.], 2000?. Disponível em: <<http://prosamim.am.gov.br/wp-content/uploads/2012/04/PTS-Prosamim2.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

AMAZONAS. Governo do Estado. PROGRAMA NACIONAL SOCIAL E AMBIENTAL DOS IGARAPÉS DE MANAUS – PROSAMIM. Governo do Amazonas. Disponível em:<<http://prosamim.am.gov.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: análise do processo do desenvolvimento. 2. ed. Manaus: Editora Valer, Edua; Inpa, 2007.

BENTES, Norma. **Manaus Realidade e Contrastes Sociais**. Manaus: Editora Valer, Cáritas Arquidiocesana de Manaus, 2005.

BRASIL. Constituição Federal. **Lei do Meio Ambiente**. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/62e3ee4d23ca92ca0325656200708dde?OpenDocument>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

FREISLEBEN, Alcimar Paulo. Aeducação ambiental na perspectiva dialética materialista. **Revista Eletrônica Georaguaia**, Barra do Garças-MT, v. 3, n.2, p 100 – 112, ago./dez. 2013.

GARCIA, Etelvina. **Amazonas, notícias da História**: período colonial. 2. ed. rev. Manaus: Norma Ed., 2006.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de Capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades 2016**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=130260&search=amazonas|manaus|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

MATURANA, Humberto R.; REZEPKA, SimaNisis de. **Formação humana e capacitação**. Tradução de Jaime A. Clasen. 4. ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2003.

MACIELL, Regiane Macedo; FILIPPINI, Elizabeth. MANAUS: uma reflexão acerca de seu passado. **Revista Eletrônica Aboré**, Manaus: Publicação da Escola Superior de

Artes e Turismo Manaus, Edição 04 dez. 2010. Disponível em:
<www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_4/37.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2017.

SORRENTINO, Marcos et al. **Educação Ambiental como política pública**. Educação e Pesquisa. São Paulo, 2005. p. 285-299.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no pós-64. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, Ana Cláudia Fernandes Nogueira; SANSON, Fábio; PESSOA, Karen. p. 285-299. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13., 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: INPE, 2007.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2010. (coleção questões da nossa época).

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social**. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2012. (coleção questões da nossa época).

SANTOS, Bárbara Araújo dos. Unidade Gestora de Projetos Especiais - UGPE, **PROSAMIM & Participação Comunitária**, (Dados fornecidos) [2008].

SCHERER, Elenise (org.). **Questão social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009.

SOUZA, Ana Cláudia. **A Cidade de Manaus no dizer dos viajantes**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.1086.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.